

A formação do parque elétrico paulistano: relações de conflito entre a *Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo*, seus clientes e seus concorrentes – 1890-1910.

ALEXANDRE RICARDI¹

Durante a pesquisa de mestrado procuramos analisar a atuação da *Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo*, ao contrário da maioria dos estudiosos da formação do setor elétrico em São Paulo que analisam a atuação da *The Sao Paulo Tramway, Light and Power*, tais como José Antônio Segatto, Ricardo Maranhão, Edgard Carone, José Alfredo Vidigal Pontes, justamente devido à característica relação que a *Light and Power* cedo estabeleceu em São Paulo e com suas elites dirigentes. A nossa opção se deveu justamente por ser a *Companhia Água e Luz* representante de capital nacional, ao contrário da *Light and Power*; por ter se formado e instalado em São Paulo cerca de dez anos antes da empresa anglo-canadense-americana; por ter utilizado matriz energética térmica e não hidráulica e por ser representante também do mercado de livre concorrência, que se instalava na Primeira República. A *Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo* foi também pivô de disputas que culminaram no monopólio do setor, detido pela *Light and Power* pelos próximos 80 anos, a partir de mais ou menos 1909, caracterizando-se a *Companhia Água e Luz*, como objeto de estudo, bastante adversa da *Light and Power*.

A bibliografia consultada dá conta com competência do desenvolvimento da história da formação do parque elétrico no Brasil e, principalmente, em São Paulo. Praticamente ignoram, entretanto, a *Companhia Água e Luz* que teve alguma atuação nesta história, com o fornecimento do serviço não só em São Paulo, mas também em Curitiba e em Casa Branca, cidade do interior paulista. Informações desconstruídas são fornecidas nas publicações sobre o curto período de atuação da companhia, não existindo consenso sobre pontos importantes. Preferimos então, interrogar os poucos documentos relativos a esta companhia e este período, exercitando a função de historiador tal qual Marc Bloch tão bem defendeu em seu *Apologia da História*, demonstrando que realmente “*o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa*” (BLOCH, 2001: 55).

¹ Departamento de História, FFLCH, USP, Mestrando em História Social, FAPESP.

Sendo assim, abordamos como foi absorvida a tecnologia e como se deu o desenvolvimento do parque elétrico em São Paulo, a partir da história de uma empresa, suas relações com as demais companhias, seus clientes e a própria história de São Paulo. Permitindo-nos analisar, então, como se desenrolou parte importante do próprio desenvolvimento da cidade e deste setor que passou a ganhar cada vez mais importância na vida do homem moderno, mormente o paulistano.

Ainda que fosse tecnologia estrangeira, importada que era, os brasileiros conseguiram dominar as técnicas para sua produção e distribuição, sofisticando cada vez mais seu fornecimento e consumo, processo parecido com o que ocorreu com as ferrovias, construídas por engenheiros ingleses (VARGAS, 2001: 37). Este processo de transferência de tecnologia representa uma *“aquisição que realmente requer esforço próprio de todos os integrantes do processo de produção, esforço do qual o Brasil em muitos setores resolveu abdicar, entregando-se ao domínio estrangeiro”* (MIROW, 1977: 19) redundando em lentidão para ser concretizado. Até porque, como declarou alto funcionário norte-americano em 1975, *“se quisermos manter nossa liderança, devemos preservar nossa tecnologia, vender produtos e não know-how”* (MIROW, 1977: 22), demonstrando bastante bem porque a transferência pode ser extremamente difícil de ser cedida pelos países que dominam as tecnologias.

A Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo

Em 1886 a firma *Marques, Multai & Company* organizou a *Empresa Paulista de Eletricidade*, cuja operação foi iniciada em 1888 com quatro geradores Ganz, de Budapeste, dois de 50 kVA e dois de 200 kVA, num total de 500 kVA, em usina térmica alimentada à carvão, situada na rua Araújo, próxima à praça da República. Seu fornecimento limitava-se ao período do entardecer à meia-noite (SILVA, 2002: 15) e sua concessão cobria a área correspondente ao triângulo comercial da capital, então à época ainda a principal região da cidade.

Muitas controvérsias se apresentam entre a bibliografia especializada no período quanto ao exato momento em que a *Empresa Paulista de Eletricidade* foi adquirida pela *Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo*. Em nossas pesquisas junto ao fundo da *Companhia Água e Luz*, custodiado no Núcleo de Documentação e Pesquisa da

Fundação Energia e Saneamento, não encontramos indícios sobre como o início das operações da empresa se deu. Fato é que uma apólice de seguros da companhia é datada de 25 de setembro de 1891. Nela, a *Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Argos Paulista* segura o material do escritório da *Água e Luz* situado à rua do Rosário, nº 2 em três contos de réis, contra os riscos de incêndio, raio e suas consequências².

O combustível utilizado pela *Água e Luz* em suas usinas de São Paulo e de Casa Branca era de preferência o carvão, em 1898. E em um flagrante contraste do tamanho e do consumo das duas usinas, a companhia gastou onze contos, seiscentos e oitenta e quatro mil réis (11.684\$000) para a compra de carvão para São Paulo e um conto, setecentos e setenta e dois mil réis (1.772\$000) para Casa Branca³.

São maiores ainda as divergências quanto ao período em que a *Água e Luz* passou a ser controlada pela *Light and Power*. Devido a problemas internos de caixa e à fortíssima concorrência da *canadense*, lembramos que a *Água e Luz* já fazia e sofria concorrência da *San Paulo Gas Company*, a empresa tentou vender seus ativos, sem sucesso, conforme observamos,

*temos, sem o mínimo resultado, envidado todos os esforços para vender os materiais adquiridos pela companhia para o estabelecimento da luz elétrica nas cidades de Curitiba, Estado do Paraná, e de Casa Branca, neste Estado; bem como os materiais nesta Capital existentes, para o que pela imprensa e por muito tempo chamamos concorrentes. Entretanto, ao passo que seus esforços são improficuos, a situação da companhia dia à dia se torna mais grave, antepondo-se a esses esforços as questões judiciais, que naturalmente nascem de semelhante situação.*⁴

As divergências entre os especialistas deste período continuam quanto ao exato momento em que entra em cena o grupo fluminense *Guinle & Cia*. Neste caso, somos apresentados ao grupo pelo historiador e ex-professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Edgar Carone que, através de dois artigos na publicação *Memória do Departamento de Patrimônio Histórico* da Eletropaulo (CARONE, 1989:14-19 e 1990: 38-45), nos traz a novidade do grupo como acionista majoritário da *Água e Luz*. Tornando-se, então, as concessões que esta detinha na cidade de São Paulo

² Apólice de Seguros nº 1147, de 25 de setembro de 1891, Fundo Água e Luz.

³ Balancete em 31 de janeiro de 1898, Fundo Água e Luz, Fundo Água e Luz.

⁴ Reunião de acionistas, sem data, Fundo Água e Luz.

pivô de contínuas disputas que se estabelecem entre o grupo canadense e o grupo do Rio de Janeiro até 1909, disputas estas que estão sendo mais bem analisadas durante minha pesquisa de mestrado.

Em contraposição, Roberto Antônio Iannone nos apresenta a data de 1899 para a absorção da *Companhia Água e Luz* pela *Light and Power* (IANNONE, 2006: 34). A carta patente da *Light and Power* foi concedida pela rainha Vitória da Inglaterra em 07 de abril de 1899 e fixada sua sede em Toronto, Canadá, então domínio da coroa britânica⁵. O curto espaço de tempo que a *Light and Power* teve para se organizar, começar a atuar na cidade de São Paulo e já iniciar processo de compra e venda de outras empresas não é de estranhar, se imaginarmos que negociações já eram feitas por Américo e Carlos de Campos no sentido de repassar para empresas estrangeiras as concessões para explorar o serviço de viação a tração elétrica que o sogro de Carlos, Antonio Augusto de Souza, detinha desde 1897 (SOUZA, 1989: 32).

Neste mesmo ano, a *Light and Power*, ainda com o *Railway* em seu nome⁶, realiza os primeiros estudos para a implantação da tração pública por eletricidade em São Paulo. Entrando realmente em operação a 07 de maio de 1900 (SOUZA, 1989: 55), quando é inaugurada com grande comemoração a primeira linha eletrificada de bonde, conforme trechos de reportagem abaixo. Esta linha fazia o percurso Barão de Limeira - Largo de São Bento, serviço este alimentado por usina térmica, construída rapidamente na rua São Caetano,

Realizou-se ontem, como estava anunciada, a inauguração da linha da São Paulo Railway, Light and Power Company, do largo de S. Bento à Barra Funda.

Às 12 horas e 35 minutos da tarde partiram da frente do escritório da Companhia, à rua Direita, 7, vários carros, [a] caminho da usina da rua Monsenhor Andrade, esquina da rua de S. Caetano, conduzindo os diretores

⁵ Após revolta nacionalista esmagada pela Inglaterra, o Alto e o Baixo Canadá (Ontário e Québec) são unidos pelo *Ato de União* em 1840. A coroa britânica concede o direito de eleger seus representantes para a Assembléia Legislativa, mas continua indicando o governador e o Executivo. Com o *British North America Act* de 20 de março de 1867, o Canadá passa de colônia britânica a Domínio da Coroa ou Confederação do Canadá, unindo além dos Alto e Baixo Canadá, os territórios de Nova Brunswick e Nova Escócia.

⁶ Em 25/07/1900 a *Light and Power* foi autorizada por decreto federal a mudar sua razão social de *The São Paulo Railway, Light and Power Company* para *The São Paulo Tramway, Light and Power Company* a fim de evitar conflitos jurídicos com a *The São Paulo Railway Company*, empresa fundada pelo barão de Mauá em 1855, responsável pela construção da estrada de ferro Santos – Jundiaí em 1867, conhecida à época como a *Ingleza*.

da empresa, senadores, deputados, representantes da imprensa e muitos convidados.

À 1 hora da tarde chegaram todos às grande oficinas da Light and Power afim de ser dado andamento nos maquinismos ali assentados, para transmissão de luz e força, achando-se nessa ocasião presentes os srs. Drs. Rodrigues Alves e Domingos de Moraes, presidente e vice-presidente do Estado, e o ajudante de ordens, capitão Marcondes, ... e um representante do Estado de S. Paulo.

À 1 hora e 25 minutos da tarde o dr. Rodrigues Alves, a convite dos srs. Robert Brown e James Mitchell, aproximou-se do motor principal da usina e, puxando uma alavanca, pôs em movimento a máquina. Em seguida dirigiu-se para junto do quadro de distribuição de eletricidade e ali fechou o circuito de excitação do dínamo, ligando a corrente geral com a linha.

[...]

Os bonds tinham pendentes dos balaustres festões de folhagem e flores, tremulando nas alavancas de comunicação com os cabos aéreos a bandeira nacional.

[...]

Por todo o trajeto aglomerava-se enorme multidão, nas esquinas portas e janelas, aclamando, a espaços, a empresa, com vivas e palmas, à passagem dos veículos, apinhados de passageiros.

De volta do extremo da alameda Barão de Limeira pararam de novo os bonds à frente do depósito, onde foi servido aos membros do governo e convidados um lauto lunch, tomando assento, no lugar de honra da mesa, o dr. Rodrigues Alves, que tinha ao lado os srs. Domingos de Moraes, Antonio Prado, Candido Rodrigues, Francisco Malta e Robert Brown, superintendente da empresa.

Ao dessert levantou-se o dr. Carlos de Campos, que, em nome da São Paulo Railway, Light and Power Company, brindou o dr. Presidente do Estado e prefeito municipal.

O dr. Antonio Prado, usando em seguida da palavra, referiu-se com entusiasmo ao grande melhoramento de que acaba de ser dotada a capital, terminando por fazer votos pela prosperidade da empresa americana.

[...]

O dr. Mackenzie, da Light Power saudou a imprensa, respondendo-lhe o dr. Luiz Piza, que agradeceu e saudou a companhia na pessoa do dr. Brown. [...]⁷

⁷ O Estado de São Paulo, 08 de maio de 1900.

A concessão para explorar os serviços de viação movida a tração elétrica foi cedida na cidade de São Paulo pela Câmara Municipal através da lei nº 304, de 15 de junho de 1897 por quarenta anos à Francisco Antônio Gualco, capitão da Marinha italiana, e ao sogro de Carlos de Campos, Antônio Augusto de Souza. A transferência desta concessão e seus privilégios para a *Light and Power* se deu em 28 de dezembro de 1899, cinco meses após o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Severino Vieira, autorizar o funcionamento da companhia canadense, através do Decreto nº 3.349 (SOUZA, 1989: 32).

Um dos mais ativos agentes para o estabelecimento da *Light and Power* no Brasil, Carlos de Campos (1866-1927) teve destacada atuação nas negociações, sendo hábil político, senador em 1915 e presidente do Estado de São Paulo de 1924 a 1927. Era membro de uma família de políticos e negociantes como seu tio, Américo de Campos e seu pai, Bernardino de Campos, também presidente do estado no início da primeira República. Advogado e lobista da *Light and Power* desde sua formação em 1899, Carlos de Campos foi talvez uma das melhores representações da união do capital estrangeiro, interessado cada vez mais por atuar na economia brasileira, com a oligarquia cafeeira do Estado.

Exemplifica tão perfeitamente uma espécie de relação com os estrangeiros e o capital, tão típica dos trópicos e criticada por Sérgio Buarque de Holanda quando demonstra porque sofre tanto o capitalismo em prosperar em terras tupiniquins (HOLANDA, 1963: 49-56). Sem enveredarmos por esta questão, notamos que Carlos de Campos nos deu outro exemplo de uma relação emblemática quando, sempre em nome da *Light and Power*, em 1905 atuou como um dos negociadores da fundação do jornal *A Gazeta*, veículo de comunicação utilizado para a defesa dos interesses da canadense (SOUZA, 1989: 35 e PONTES, 1995: 63-66). Feito este realizado em associação com o financista Percival Farquar, dono de biografia polêmica, protagonista dos casos *Itabira Iron* e da construção da ferrovia Madeira-Mamoré⁸.

Para a *Companhia Água e Luz*, entretanto, a opção de fornecer energia através de uma usina a vapor, utilizando como combustível óleo, madeira ou carvão, a manteve sempre diante de custos altos e retorno incerto no negócio. Analisando a trajetória da companhia, concordamos que a geração termelétrica implicaria numa limitação ao

⁸ Retrato do Brasil, 19 de novembro a 2 de dezembro de 1987.

desenvolvimento do setor elétrico paulistano, pelo menos enquanto os combustíveis utilizados fossem os apontados, não resultando necessariamente em comprometimento do crescimento coordenado deste setor. A Constituição de 1891 outorgava aos municípios e estados a prerrogativa de legislar sobre o assunto, imprimindo um “*caráter eminentemente local da implantação e do desenvolvimento do parque elétrico.*” (LIMA, 1984: 15). Não suportando então a concorrência de empresas, no caso a *Light and Power*, que chegaram ao mercado brasileiro com a proposta de fornecer energia baseada na hidroeletricidade.

Os custos de construção de usinas hidrelétricas não são, entretanto, mais baixos do que para construir e manter uma usina térmica. A própria *Companhia Água e Luz* cogitou na adoção do fornecimento baseado na energia hidráulica, conforme verificado em relatório da diretoria,

*A diretoria fez o maior empenho para transformar a nossa força por força hidráulica, comprou uma parte da cachoeira do Rasgão e seguiu por uma escritura de compromisso de compra a cachoeira de Pau d'Alho. Recebeu orçamento de várias casas da Europa, porém as dificuldades de levantar capital preciso foram enormes, apenas conseguimos dois mil contos, quando precisávamos de treze mil.*⁹

Um dos principais problemas, então, que percebemos, foi a incapacidade de levantar os fundos necessários para a implantação da idéia, pois “*a geração, transporte e distribuição de eletricidade constituem-se em atividades consideravelmente intensivas no uso de capital, exigindo elevados investimentos e englobando ativos muito específicos, que usualmente, não são exigidos em muitos outros segmentos produtivos*” (IANNONE, 2006, 22). Reiteramos que as dificuldades apresentadas não nos levam a acreditar que o movimento, que aconteceu posteriormente, de monopolização do setor sob o controle de poucas companhias, em São Paulo duas estrangeiras a *Light and Power* e a *Amforp*, era inevitável.

Não ignoramos a existência de algumas outras companhias, de caráter local e que resistiram ao “abraço” das estrangeiras, que engendraram o monopólio de forma bem articulada com os poderes políticos locais. Em 1901, a *Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo* tinha 1.048 consumidores, sendo a maioria de clientes comerciais.

⁹ Relatório da Diretoria da Companhia de Água e Luz do Estado de S. Paulo que tem de ser apresentado à Assembléia Geral Extraordinária convocada para hoje, 31 de Maio de 1900, Fundo Água e Luz.



Estação de força da Cia. Água e Luz do Estado de São Paulo, 1901 (SOUZA, 1989: 41).

Curitiba e Casa Branca: maus clientes?

Associada a todas as dificuldades já enfrentadas, os problemas que surgiram entre a *Companhia Água e Luz* e seus clientes consumidores foram decisivos em sua trajetória. A *Água e Luz* tinha entre seus clientes as Câmaras Municipais de Curitiba, no Paraná, e Casa Branca, em São Paulo. O momento exato desta expansão para fora da cidade de São Paulo não pôde ser reconstituído, provavelmente se deu por compra da concessão já detida por alguma companhia nestas duas cidades. Revela, porém, uma razoável capacidade de articulação e organização de uma companhia com reduzido capital nacional e se não logrou êxito nesta trajetória, sua responsabilidade pode ser minimizada, como veremos adiante.

As Câmaras Municipais representavam não só importantes clientes, com potencialidade de consumo bastante considerável, além de representarem também um excelente cartão de visitas para a *Água e Luz* em diferentes localidades. Todavia, não só

tornaram-se inadimplentes, como contribuíram para o aumento dos custos da *Companhia*, como pudemos perceber pela correspondência mantida com Rudolf Zinneck, representante da Companhia em Curitiba:

*A Câmara, parece-me, que de propósito não faz mais os pagamentos pontualmente, pois recebo, por exemplo, hoje um conto, depois de oito dias outro ou um pouco mais ou também às vezes só 500.000 rs afinal que, quando pagam uma prestação de um mês também já outro está vencida. Em novembro prometeu saldar todas as contas restantes porém quando chego lá para receber nunca há dinheiro.*¹⁰

Os custos do fornecimento eram aumentados quando os clientes obrigavam a *Água e Luz* a processá-los, custos judiciais, ou os impunham à sua revelia, como fizera a Câmara de Curitiba em 1897,

*A Câmara está muito descontente com a Companhia. Em vez de anular o contrato, multou a Companhia por um conto, dando 10 dias de prazo para inteiro cumprimento do contrato. Me disseram que querem continuar a multar até a Companhia ou resolver vender a instalação ou estar tudo de conformidade [com o] contrato, que para eles seria igual, se não é esta, é outra Companhia que fornece-lhes luz e que em todo caso estão pagando a iluminação caro demais.*¹¹

A querela com a Câmara Municipal de Curitiba arrastou-se de forma quase diplomática, aparentemente a *Água e Luz* preocupou-se em conservar este cliente e evitou agir de forma brusca nesta questão. Já a contenda com a Câmara Municipal de Casa Branca ocorrida alguns anos antes, fora resolvida de outra forma e a própria Câmara se manifestou à *Companhia Água e Luz*:

Declaro-vos que só hoje foi a Câmara Municipal intimada do protesto requerido pela Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, da qual sois digno Presidente. A Câmara nunca se negou e nem se nega ao pagamento dos juros de 9% ao ano, devido pelas prestações atrasadas, conforme preceitua o artigo 4º do contrato.

Dentro em poucos dias deverá reunir-se em sessão a Câmara Municipal e nessa ocasião tomará conhecimento do protesto e da rescisão do

¹⁰ Rudolf Zinneck aos Ill^{mos.} S^{nrs.} da Companhia Água e Luz. Curitiba, 17 de dezembro de 1897.

¹¹ Rudolf Zinneck aos Ill^{mos.} S^{nrs.} da Companhia Água e Luz. Curitiba, 17 de agosto de 1897.

*contrato, feito por essa Companhia. Antecipadamente posso informar-vos de que a Câmara não deixará correrem à revelia os seus direitos e reclamará por todas as faltas cometidas por essa Companhia, no cumprimento do seu contrato.*¹²

Em reunião de acionistas em abril de 1900 em São Paulo a questão foi mencionada, e se nos atentarmos às datas indicadas, observaremos o quanto a questão se arrastou nos tribunais e podemos especular o quanto não custou à *Água e Luz*, “a questão que a Companhia mantinha no Foro desta Capital com a Municipalidade de Casa Branca foi decidida a nosso favor em primeira instância, sendo de esperar a confirmação da sentença”.¹³

A potencialidade de tão reduzido mercado como devia ser o de Casa Branca, porém, é percebida claramente quando a *Companhia Água e Luz* cancelou seu contrato com a Câmara Municipal de Casa Branca e não faltaram interessados em substituí-los no fornecimento:

*Informado de que o serviço de iluminação elétrica da cidade de Casa Branca foi interrompido pela Cia de que sois mui digno Gerente, por motivo de falta de renda compensadora, e como me acho em condições especiais para explorar tal serviço, achando-me à testa da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto e explorando uma pequena instalação em Cravinhos, venho pedir-vos informações das condições técnicas da instalação elétrica da referida cidade, suas condições econômicas, contractos com a Câmara Municipal, prazo d'este, preços da iluminação particular etc, noticia sobre o motor, se ele é simples ou [ilegível], seu consumo médio de combustível e finalmente se a Companhia Água e Luz de S. Paulo está resolvida a aceitar uma proposta séria de arrendamento de tal serviço com todas as garantias possíveis que o caso exigir.*¹⁴

As possibilidades de manobras dos clientes nos leva à questão do monopólio. Por diversas vezes, e os casos ilustrados o comprovam, a *Companhia Água e Luz*

¹² Protesto da Câmara Municipal de Casa Branca, 09 de fevereiro de 1892, Fundo Água e Luz.

¹³ Reunião de acionistas de 21 de abril de 1900, Fundo Água e Luz.

¹⁴ Rufino A. de Almeida ao Sr. Pagani, Gerente da Companhia Água e Luz. Cravinhos, 12 de março de 1899.

permanecia impotente diante da ação de seus clientes consumidores. Em um mercado controlado por poucas companhias, os consumidores perdem este espaço de manobra. Não defendemos, porém, que havia amplo espaço para o consumidor e o empregado se defenderem de maus fornecedores de serviços ou de maus patrões, muito pelo contrário.

O Brasil de então, era país marcado pela insuficiência da legislação para que melhorasse as condições de trabalho, onde as oligarquias cafeeiras controlavam quase todos os segmentos econômicos e era muito difícil também para os consumidores reivindicarem direitos. A Primeira República se baseava num liberalismo excludente e autoritário, “*ao mesmo tempo, em que dava garantias e segurança aos negócios e lucros das empresas nacionais e estrangeiras, o liberalismo oligárquico reafirmava a não-intervenção do Estado no mercado e nas relações de trabalho*” (SEGATTO, 2002: 209), reproduzindo o sistema marcado pela desigualdade social e econômica típica do Império, mudando apenas as personagens.

Os operários, porém, acabam se organizando antes dos empresários e em 1890-1891 se forma um partido operário no Rio de Janeiro, então Distrito Federal e em Fortaleza. Em 1896, era criado no Centro Socialista de Santos, o Partido Operário Socialista. Em contrapartida, a organização dos industriais empregadores em entidades patronais só se dará em 1917, como reação à greve geral que aconteceu em São Paulo. (LEVI-MOREIRA, 1988: 14)

A Câmara Municipal de Curitiba, entretanto, soube bem como agir em relação à *Companhia Água e Luz*. Parece que considerava outras possibilidades de fornecimento de energia, como informou Zinneck em 1897, assim como negociou o fornecimento de luz elétrica sem previa consulta à companhia, como informado nesta mesma missiva de 1897.

*Há pouco tempo também esteve aqui um engenheiro da firma Siemens e Halske em Berlim, explorar a cascata da serra para fazer instalação de luz elétrica e fornecer forças com eletro motores. Ouvi dizer na Câmara que em princípio de 1898 estaria pronta a instalação e que então a Câmara teria uma luz melhor ???*¹⁵

A Santa Casa de Misericórdia receberia luz elétrica por intermédio da Câmara, que custearia a instalação. O consumo, todavia, seria mantido à custa da *Companhia*

¹⁵ Rudolf Zinneck aos Illmos. Srs. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 08 de março de 1897.

Água e Luz, fato ainda inédito para o gerente Zinneck.

*Estes dias falou-me também um cunhado do padre Alberto. O mesmo diz que tinha falado com o Snr. Dr. Machado para fazer-se instalação na Santa Casa de Misericórdia com 32 a 36 bicos, e que o último já tinha recebido resposta da Companhia para poder mandar fazer. Diz que será paga a instalação, porém o consumo a Companhia dará gratuito. Respondi que até agora não tinha recebido aviso da Companhia para fazer, e o Snr. Dr. Machado também ainda não me falou a respeito disto.*¹⁶

O aparecimento de engenheiros estrangeiros da *Simens and Halske* pode significar o quanto já era atraente o mercado elétrico brasileiro neste período para as empresas estrangeiras, que estavam inseridas num movimento de expansão capitalista sem precedentes até então. Significando também que o país ainda não tinha condições para prospectar e desenvolver por si mesmo tal tecnologia.

Milton Vargas, ao se referir ao programa nuclear brasileiro dos anos 80, nos alerta que para um processo de transferência de tecnologia ser bem sucedido, deve existir como intermediário uma organização de ensino e de pesquisa não comercial, “*pois a tecnologia não é mercadoria que se vende e compra, mas sim, saber que se aprende*” (VARGAS, 2001: 128). Faltava-nos, porém, sólidas organizações de ensino que pudessem absorver esta tecnologia estrangeira neste período que estudamos.

Em 1890, é aprovado pelo Congresso norte americano o *Sherman Act*, proibindo combinações e/ou acordos entre empresas que significassem o fim da livre concorrência, tentando eliminar o estabelecimento dos cartéis (KUCINSKI, 1984: 53). Muitos outros atos são aprovados a partir de então, fechando cada vez mais o cerco à cartelização do mercado norte americano. Apesar de preocupar-se mais especificamente com a marcha monopolizadora que vinha ocorrendo na área petrolífera, os legisladores norte americanos acabaram atingindo as indústrias de forma geral, que passam a realizar movimentos de expansão de suas companhias para fora do território americano, entre elas a poderosa *General Electric Company*.

A *Simens and Halske* era já uma companhia com grande poderio de negociação, pois era grande fornecedora de materiais elétricos para diversas firmas do Brasil, como atesta muitos recibos da própria *Companhia Água e Luz*. Fundada em 1º de outubro de

¹⁶ Rudolf Zinneck aos Illmos. Srs. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 08 de março de 1897.

1847 com o nome *Telegraphen-bauanstalt Siemens and Halske* (MIROW, 1977: 34) na Alemanha, por Werner von Siemens, a *Siemens* foi praticamente a única companhia do setor elétrico europeu que resistiu às fortes investidas da *General Electric Company*. Esta companhia norte americana formada após a fusão das empresas de Thomas Edison e Elihu Thomson, que construiu centrais elétricas na Itália e tornou-se sócia dos maiores fabricantes de materiais elétricos da Grã-Bretanha, França e da *Phillips* holandesa (KUCINSKI, 1984: 57), além de firmar um acordo sobre patentes já em 1896 com a *Westinghouse*, também americana, tornou-se rapidamente uma gigante do setor elétrico (MIROW, 1977: 19).

Assim, a formação do parque elétrico na cidade de São Paulo e uma pequena companhia de limitado capital nacional estão intimamente ligados a um vigoroso movimento de expansão capitalista que ocorreu ao final do século XIX. Analisarmos como esta e outras pequenas companhias que existiram pelo interior do estado foram engolfadas neste movimento é de suma importância para compreendermos como este parque elétrico acabou monopolizado por praticamente apenas uma companhia. É senda importante também na trajetória para compreendermos como há poucos anos o parque elétrico mudou novamente por decisão governamental e porque exatamente segue o rumo que está seguindo.

Bibliografia

- BLOCH, MARC. *Apologia da História*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa, Publicações Europa-América, 1965. Coleção Saber.
- CARONE, Edgar & DÉR, Rosa Maria. Light versus Guinle, O famoso conflito entre a livre concorrência e o monopólio canadense no começo do século, in *Memória*, ano II, n.º 3, abril/maio/junho de 1989.
- CARONE, Edgar & PERAZZO, Priscila F. Em São Paulo, lutas contra o monopólio. A mobilização social no conflito Guinle X Light, in *Memória*, abril/maio/junho de 1990.
- História e energia: a chegada da Light*. n. 1. São Paulo, Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.
- História e energia: a eletrificação no Brasil*. n. 2. São Paulo, Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.
- História e Energia: A Light e a revolução de 24*. n. 4. São Paulo. Patrimônio Histórico/Eletropaulo. 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Pref. de Antônio Cândido. 4ª ed.

Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

IANNONE, Roberto. *Evolução do setor elétrico paulista*. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da FFLCH-USP, para obtenção do título de Doutor. 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *O que são multinacionais*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. *São Paulo na primeira República: as elites e a questão social*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, João Luiz Máximo da. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História Social do Departamento de História da FFLCH-USP, para obtenção do título de Mestre em História. 2002.

MIROW, Kurt Rudolf. *A Ditadura dos Cartéis. Anatomia de um subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Retratos do Brasil, Vol. 102.

PONTES, José Alfredo O. V. A Light e a Imprensa. In *Memória Eletropaulo*. São Paulo, jul/dez 1995. N.º 22.

SEGATTO, José Antônio. A República e a Light. In *Memória*, ano II, n.º 2, janeiro/fevereiro / março de 1989.

SOUZA, Edgar Egydio de. *História da Light – Primeiros 50 anos*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico / Eletropaulo, 1989.

VARGAS, Milton. *História da ciência e da tecnologia no Brasil: uma súmula*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Centro Interunidade de História da Ciência, 2001.